

Moradores culpam a insegurança

Os bairros na beira do lago não estavam previstos no plano urbanístico de Brasília. Assim como não estavam previstos os cercadinhos e os acessos fechados por moradores do Lago Norte e Lago Sul ao Paranoá.

A justificativa dos habitantes dos setores chiques da cidade é a mesma: a falta de segurança chegou a tal ponto que foi preciso fechar o lago para barrar a violência. Como se os moradores de fora da área nobre fossem os culpados

e por isso punidos a não terem acesso ao Paranoá.

O professor de Biologia da Universidade de Brasília Paulo Salles não se comove com a desculpa. "A lei é clara, a água é um bem público, portanto é de todo mundo. A mesma regra que vale para a orla do mar, vale para o lago", acredita Salles. "Me solidarizo com o fato de que ninguém quer bagunça ou assaltos, mas isso é outra discussão, não justifica a privatização das margens", afirma.

Salles cita o exemplo do Rio de Janeiro para enfatizar o livre acesso da orla. "Lá, os hotéis de luxo até tentaram fechar parte da beira-mar e com a mesma justificativa de segurança, só que para os clientes.

Eles tiveram que abrir, porque a orla é pública", conta.

Livre acesso

O professor é um dos antigos defensores do livre acesso ao lago. Ele é um dos entusiastas da formação do Comitê de Gestão do Lago Paranoá. Pela Lei das Águas, todas as bacias hidrográficas precisam ter um comitê para administrar os conflitos. No DF, o grupo deveria existir desde 2001, mas nunca foi criado. Na prática, é o comitê que trata dos conflitos na orla do Paranoá e da acessibilidade.

No Lago Norte, o livre acesso só seria garantido se os becos fossem abertos. A Administração do Lago Norte começou um levantamento so-

bre as passagens fechadas. O administrador Erivaldo Mesquita quer reabrir-las, mas não acha que isso causaria um transtorno no trânsito se todo mundo viesse de longe para usufruir do Paranoá. "Temos que usar a razoabilidade. O lago tem que ser democratizado, mas temos que estudar de que forma vamos fazer isso para não causar mais transtornos", diz.

O mal exemplo da privatização da orla dá arrepios ao arquiteto Carlos Magalhães, representante do escritório de Oscar Niemeyer em Brasília. "Há um limite entre a área privada e a área pública. Se você desrespeita, eu também posso desrespeitar. Onde vai parar isso?", questiona.

Edilson Rodrigues 24.6.04



CONTRAPONTO

"HÁ UM LIMITE ENTRE A ÁREA PRIVADA E A ÁREA PÚBLICA. SE VOCÊ DESRESPEITA, EU TAMBÉM POSSO DESRESPEITAR. ONDE VAI PARAR ISSO?"

Carlos Magalhães, representante do escritório de Oscar Niemeyer em Brasília

DATA PARA DERRUBADA

O Governo do Distrito Federal promete derrubar as construções irregulares às margens do Paranoá. O prazo está previsto em decreto que regulamenta o uso e ocupação da orla do Lago. Além do decreto, a ação do governo atende à uma exigência do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Neste mês, fiscais estão verificando as irregularidades existentes na orla. Os proprietários notificados deverão apresentar um Plano de Recuperação de Área Degradada. A partir de 1º de julho, os ocupantes de lotes que não estiverem em processo de adequação serão multados. Os moradores que tiverem dúvidas se estão em conformidade com a lei podem ligar para 325-6868.